



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO nº /2019

(do Sr. Pedro Cunha Lima)

Requer a criação de Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2015, que "Institui o Magistério Público Nacional e dá outras providências".

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 34 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a criação de Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2015, que "Institui o Magistério Público Nacional e dá outras providências".

JUSTIFICAÇÃO

Os melhores sistemas educacionais do mundo têm algo em comum: a boa formação e aperfeiçoamento dos docentes, bem como a valorização da carreira, de modo a torná-la atrativa. Estudos apontam que os países com as melhores notas no PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) valorizam mais os seus professores.

De acordo com a ONG Todos Pela Educação, no Brasil, a cada 100 ingressantes no curso de Pedagogia, apenas 50 se formam e, destes, somente 27 seguem na carreira. A pesquisa também aponta que 71% dos educadores estão insatisfeitos com a formação inicial, especialmente na prática da profissão. Além disso, apenas 9% dos brasileiros acreditam que os professores são respeitados no País. Esses dados levaram o Brasil a cair para o último lugar em ranking que avalia o nível de valorização dos professores em 35 nações, conhecido como Índice Global de Status de Professores.

Ademais, tendo em vista a crise fiscal que enfrentamos e o debate da reforma do sistema previdenciário, os professores terão que fazer um sacrifício enorme, o que torna a carreira cada vez menos atrativa.

A criação desta Comissão Especial tem como objetivo discutir e aperfeiçoar a Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2015, que cria o Magistério Público Nacional e acaba com o piso salarial do professor, instituindo em seu lugar um subsídio, de forma semelhante ao que ocorre com os juízes, procuradores, deputados e senadores. Além disso, a PEC determina que o subsídio máximo do professor seja o limite superior para os servidores públicos administrativos, dentro das limitações já estabelecidas pela Constituição.

Assim, diante da relevância da matéria, bem como da necessidade de valorização da carreira docente, solicitamos a criação de Comissão Especial para análise da PEC 20/2015.

Sala de Sessões, de de 2019.

Deputado Pedro Cunha Lima
PSDB/PB